
A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL E AS DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM VALORES E O CLIMA ESCOLAR: UM BALANÇO DE PRODUÇÃO

Heloisa Braga dos Santos¹
Francismara Neves de Oliveira²

Resumo

O movimento de militarização das escolas públicas brasileiras retoma suas forças em meados de 2019, pós-eleição presidencial. Assim, a partir do decreto nº 9.465, de 02 de Janeiro 2019, o governo federal cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares com intuito de implantar um modelo de escola (militarizada ou cívico-militar) que remete ao considerado alto nível de ensino, nos padrões do exército (escolas militares). Deste modo, entendendo as peculiaridades desse movimento objetivou-se neste artigo traçar um panorama acerca das produções científicas sobre a militarização das escolas públicas brasileiras e os fatores inter-relacionados ao clima escolar, tendo em vista um recorte temporal de cinco anos (2018-2022). Para tanto, foi realizado um balanço de produção em duas bases de dados (Periódicos da CAPES e SciELO), selecionando, a partir de descritores combinados, 18 artigos publicados em periódicos revisados por pares a fim de direcionar as reflexões acerca da temática apresentada inicialmente. Conclui-se que o movimento de militarização das escolas públicas brasileiras está vinculado às questões político/ideológicas, tendo como “pano de fundo” a ideia de um movimento para a redução de violências em escolas inseridas em contextos de vulnerabilidade social, fazendo-se necessária a constante defesa de uma educação democrática que está fortemente ameaçada. Não há nos referidos artigos, a indicação de um trabalho com ou sobre o clima escolar das escolas, o que na perspectiva sociomoral seria fundamental tanto antes da implementação do modelo cívico-militar, como em posterior avaliação.

Palavras Chave: Psicologia Moral; Escolas Cívico-Militares; Clima Escolar; Valores Sociomorais.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora do quadro efetivo do município de Araquari, SC. E-mail: heloisabraga16@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3923-3824>

² Pós - doutora em Psicologia da Educação pelo Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo (USP). Vínculo Institucional: Universidade Estadual de Londrina. E-mail: francis.uel@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0809-2304>

THE MILITARIZATION OF PUBLIC SCHOOLS IN BRAZIL AND ITS RELATIONS WITH THE SCHOOL CLIMATE

Abstract

The movement for militarization of Brazilian public schools resumes its forces in mid-2019, post-presidential election. Thus, from Decree No. 9,465 of January 2nd 2019, the federal government creates the Undersecretariat for the Promotion of Civic-Military Schools in order to implement a school model (militarized or civic-military) that refers to the considered high level of education, in the army standards (military schools). Thus, understanding the peculiarities of this movement, this article aimed at drawing an overview about the scientific papers on the militarization of Brazilian public schools and the factors interrelated to the school climate, with a five-year timeframe in mind (2018-2022). For this purpose, a review of scientific papers was carried out in two databases (CAPES Periodicals and SciELO), selecting from combined descriptors 18 articles published in peer-reviewed journals to direct the reflections about the theme presented initially. It is concluded that the movement of militarization of Brazilian public schools is linked to political/ideological issues, having as "background" the idea of a movement for the reduction of violence in schools inserted in contexts of social vulnerability, being necessary the constant defense of a democratic education that is strongly threatened.

Keywords: Moral Psychology; Civic-Military Schools; School Climate; Socio-moral Values.

Introdução

A democracia brasileira é uma forma de governo em que o poder é exercido pelo povo a partir de eleições livres, respeitando os direitos fundamentais, individuais e sociais presentes na Constituição Federal de 1988, tais como liberdade de expressão e igualdade perante a lei (BRASIL, 1988).

Apesar de uma consolidação de sua democracia, o Brasil recente enfrenta grandes incertezas em seu cenário político e social. Crises ideológicas, rupturas políticas e instabilidades entre poderes, acabam por contribuir para um país polarizado e com grandes desafios a serem superados. Desigualdade social, extrema pobreza, escassez de políticas públicas e sucateamento da educação, são alguns dos muitos percalços em que essa sociedade se encontra.

Lipovetsky (2005) argumenta que a sociedade contemporânea é marcada por uma crescente falta de compromisso com projetos sociais e com a política, o que tem levado a um empobrecimento da vida social e política. Afirma ainda que as relações humanas, sejam elas mantidas em esfera pública ou privada, tornaram-se relações de domínio e conflitos baseados na intimidação. Isso significa que essa sociedade vem sendo marcada por concorrências de todos contra todos em um estado permanente de guerra.

Candau e Sacavino (2000) apontam que, frequentemente, os cidadãos são definidos como sujeitos de direitos e deveres em relação a sociedade em que vivem. No entanto, a crescente política neoliberal nessas sociedades corrobora para uma democracia de baixa intensidade gerando, conseqüentemente, uma cidadania de baixa intensidade. Isso significa que o cidadão acaba por ser mais sujeito de deveres perante o Estado ao passo que seus direitos sociais acabam cada vez menos garantidos.

A educação que objetiva a formação de uma democracia popular e, de fato, participativa, deve se articular em torno de três eixos fundamentais apresentados por Candau e Sacavino (2000). A educação para o “nunca mais” que busca promover o sentido histórico, resgatando memórias para que determinadas situações não voltem a ser repetidas. A formação de sujeitos de direitos que implica em reforçar, por meio de práticas concretas, a lógica de uma democracia em que se desenvolva o princípio de igualdade de oportunidades e de condições. E, por fim, a promoção do empoderamento de atores sociais, principalmente dos grupos marginalizados e excluídos para a construção de relações mais igualitárias e simétricas. Assim, espera-se que a escola, enquanto espaço de construções e aprendizagens, possibilite uma educação em direitos humanos que garanta essa articulação, a fim de construir uma sociedade mais justa, crítica e verdadeiramente democrática.

Com o intuito de fomentar qualidade à educação básica no Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, o governo federal anterior (2019-2022) instituiu, por meio de decreto, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) pautando suas diretrizes em igualdade de condições de permanência na escola, liberdade para aprender e promover cultura, respeito às diferenças individuais e formação humana e cívica (BRASIL, 2021a).

As Escolas Cívico-Militares (ECIM), são, portanto, instituições públicas de ensino que adotaram uma gestão compartilhada entre civis e militares a partir da colaboração do Ministério da Educação e Ministério da Defesa. São caracterizadas por três grupos de gestores – gestão administrativa, didático-pedagógica e educacional – essas escolas apropriaram-se de aspectos essenciais de gestão adotados nos diferentes colégios militares do Brasil, com adaptações para a Educação de civis (BRASIL, 2022).

Para além das funções exercidas tradicionalmente em um contexto escolar como diretor, vice diretor, coordenador pedagógico, docente, etc., as Escolas Cívico-Militares contam também com Militares que integram a Gestão Educacional, desempenhando o papel de oficiais de gestão educacional e monitores que são responsáveis por zelar pela disciplina escolar, acompanhar a frequência dos alunos na escola, resolver conflitos, lançar ocorrências no sistema, conduzir formaturas diárias, promover o espírito de civismo, entre outros (BRASIL, 2021a).

Essas ações são realizadas dentro de um universo escolar cercado de pluralidade e composto por diferentes dimensões, sejam elas administrativas, educacionais, pedagógicas ou de convivência. A maneira como os diferentes ambientes que compõem esse universo são organizados, pode contribuir ou retardar o processo de desenvolvimento crítico dos estudantes e, por este fato, torna-se determinante. Assim, por entender que o ambiente escolar é caracterizado por diversos componentes que se interrelacionam, utilizaremos aqui a terminologia Clima Escolar para definir essa atmosfera.

Devido à amplitude dos estudos e pesquisas mundiais acerca do Clima Escolar, sua conceituação e caracterização não é unânime entre pesquisadores. No Brasil, os estudos sobre este fenômeno ainda são relativamente novos, e por este fato, o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao clima escolar possibilita novas reflexões e maior entendimento sobre ele. Assim, ancorados na Epistemologia Genética, autores como Moro (2018; 2020, Vinha *et al.* (2017), têm apresentado avanços acerca deste tema no Brasil. Por esse motivo, utilizaremos a conceituação do Clima Escolar proposta pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPÉM) – do qual esses autores fazem parte – para nortear esse estudo.

Etimologicamente, a palavra clima deriva-se do campo meteorológico. Aqui, ela é utilizada para referir-se à atmosfera psicossocial da escola. Assim entende-se o Clima Escolar como um conjunto de percepções e expectativas compartilhadas por atores educacionais a respeito de fatores que se inter-relacionam como normas, regras, valores, organização das diferentes estruturas que compõem a escola, relações interpessoais e objetivos almejados. Neste viés, cada escola apresenta seu próprio clima, podendo influenciar negativa ou positivamente na dinâmica escolar e nas relações que ali são construídas (VINHA *et al.*, 2017; MORO, 2020).

Entendendo que “autonomia é uma finalidade da educação em geral e não poderia deixar de o ser em moral” (MENIM *et al.*, 2017, p. 5), surge a possibilidade de refletir sobre essas questões que caracterizam o clima escolar em um contexto escolar recente: o cívico-militar. Assim, repensar essas relações entre clima escolar e os valores sociomorais em um contexto educacional cívico-militar torna-se pertinente na medida em que, na contramão dos inúmeros estudos acerca da construção de valores na escola, o governo federal instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), propondo a expansão de escolas militarizadas por todo o Brasil.

Percurso Metodológico

A fim de compreender melhor esse processo de militarização das escolas públicas e suas relações com o clima escolar, objetivou-se traçar um panorama acerca das produções científicas publicadas em duas plataformas de acesso livre e que, portanto, são consideradas democráticas – podendo ser consultadas por professores e gestores escolares, visando reconhecer nessas publicações, a temática da militarização das Escolas e se nessas pesquisas são indicados fatores inter-relacionados ao clima escolar.

As bases de dados escolhidas foram: Portal de Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e SciELO – *Scientific Electronic Library*. Justifica-se ainda que a escolha dessas bases se deu pela abrangência de temas e origem das produções científicas. Ressalta-se que o portal da Capes pode indicar o movimento de pesquisas sobre o tema nos programas de pós-graduação distribuídos pelo território nacional e que formam mestres e doutores, uma vez que reúne as produções desenvolvidas. No caso do SciELO, estão indexadas parte considerável das mais importantes revistas na área de educação e áreas afins ao tema, que podem revelar o movimento de disseminação dos estudos na forma de artigos e contribuir significativamente com a reflexão que aqui pretende ser realizada, reafirmando o papel determinante que desempenham ao socializarem o conhecimento científico produzido.

Entendendo que o processo de militarização das escolas públicas brasileiras não é um fato social que nasce recentemente, mas sim que retoma sua força a partir de um contexto político-ideológico vigente no período (2019-2022), o recorte temporal aplicado a este balanço de produção foi de cinco anos (2018-2022), considerando como ponto de partida o ano da eleição presidencial brasileira, quando o referido programa de governo foi instalado, inclusive pelo fato de que a implantação de escolas cívico-militares foi plataforma de campanha durante o ano de 2018, pois o então presidente, era declaradamente favorável à militarização das escolas brasileiras. O ano de 2022 foi tomado como último ano da recolha dos estudos publicados porque coincide com o último ano do referido governo e porque esse relatório de pesquisa está sendo apresentado em 2023.

Os descritores utilizados buscaram relacionar a militarização das escolas públicas com um ou mais fatores que se inter-relacionam ao clima escolar (valores, regras, normas, relações humanas, entre outros). Deste modo, empregaram-se inicialmente os descritores: Clima Escolar, Convivência Escolar, Escolas

Cívico-Militares, Gestão Escolar Democrática, Militarização das Escolas, Valores Sociomorais. Os artigos encontrados que relacionavam um ou mais descritores ao contexto Cívico-Militar ou militarização das escolas foram selecionados e seus respectivos resumos lidos.

Tendo como estratégia inicial de pesquisa a aplicação de descritores isolados, o balanço de produção realizado nas duas bases de dados possibilitou identificar a produção científica relacionada ao processo de militarização das escolas brasileiras, tendo como descritores iniciais: Clima Escolar, Convivência Escolar, Escolas Cívico-Militares, Gestão Escolar Democrática, Militarização das Escolas, Valores Sociomorais.

Com o intuito de refinamento de resultados que relacionassem as duas temáticas principais dessa pesquisa, realizou-se uma nova busca com descritores combinados, considerando também suas variações linguísticas e as diferentes terminologias que no decorrer da busca surgiram, chegando-se as seguintes combinações: Militarização das Escolas *and* Convivência Escolar; Militarização das Escolas *and* Gestão Escolar democrática; Militarização das Escolas *or* Escola Cívico-Militar *and* Formação Integral.

É importante destacar que alguns descritores que inicialmente foram aplicados de maneira isolada e posteriormente foram combinados, não apresentaram resultados. Desse modo, a partir dos resultados obtidos na segunda etapa do balanço, selecionou-se 16 artigos para a leitura de seus respectivos resumos e introduções, a fim de direcionar as reflexões que serão apresentadas a seguir.

A busca foi realizada entre 29/11/2021 e 05/12/2022 e identificou-se que o número elevado de produções encontradas não estava necessariamente relacionado à temática que aqui se propôs discutir, bem como o referencial teórico

que sustentou essas reflexões. Desse modo, no quadro abaixo apresentam-se os resultados referentes à 1ª busca realizada com descritores isolados.

Quadro 1 – Total de artigos encontrados com descritores aplicados isoladamente

Descritores	Base de Dados		
	Periódicos CAPES	SciELO	Total
Clima Escolar	1.315 artigos	20 artigos	1.335
Convivência Escolar	1.870 artigos	80 artigos	1.950
Escolas Cívico-Militares	18 artigos	2 artigos	20
Gestão Escolar Democrática	14 artigos	12 artigos	26
Militarização das Escolas	71 artigos	9 artigos	80
Valores Sociomorais	28 artigos	2 artigos	30

Fonte: Elaboração Própria.

Considerando o recorte temporal aplicado na busca, identifica-se que entre os anos 2018 e 2022 a produção científica relacionada aos descritores é expressiva. Contudo, por se tratar de bases de dados que abarcam diversas áreas do conhecimento, os descritores aplicados podem ter distintos significados.

Deste modo, a fim de refinar os resultados, realizou-se uma nova busca com descritores combinados, considerando também suas variações linguísticas e as diferentes terminologias que no decorrer da busca surgiram, chegando-se aos resultados expostos no quadro a seguir.

Quadro 2 – Total de artigos encontrados com descritores combinados

Descritores			Base de Dados		Total de Artigos selecionados
			Periódicos CAPES	SciELO	
Militarização das Escolas	Convivência Escolar		6 artigos	5 artigos	6 artigos
Militarização das Escolas	Gestão democrática	Escolar	20 artigos	0 artigos	6 artigos
Militarização das Escolas 'or'	Escola Cívico-Militar	Formação Integral	60 artigos	0 artigos	6 artigos

Fonte: Elaboração Própria.

Finalizada a primeira etapa do balanço de produção a partir dos filtros aplicados (periódicos revisados por pares, todos os idiomas, recorte temporal de quatro anos), foram selecionados 18 artigos que combinaram dois ou mais descritores de busca. Assim, foram lidos seus respectivos resumos para que a partir da composição do quadro, fosse direcionada a leitura integral dos trabalhos que estivessem de acordo com o objetivo traçado inicialmente nesta pesquisa.

Quadro 3 – Ano de publicação, título, temática central e identificador

Ano	Título	Temática Central	Identificador
1 2018	A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual	Expansão dos colégios militares em Goiás	DOI:10.22420/rde.v12i23.865
2 2019	Gestão Democrática e Militarização Do Ensino: Reflexões a Partir De Um Estudo De Caso.	Gestão democrática no ensino público, problematizada a partir de pesquisa realizada em uma instituição militar de ensino do Rio de Janeiro.	DOI:10.21573/vol35n32019.96014
3 2019	Entre a Escola E O Quartel: A Negação Do Direito à Educação.	Pressupostos da militarização à luz dos preceitos constitucionais do direito à educação.	DOI:10.21573/vol35n32019.96856

4	2019	Militarização De Escolas Públicas No DF: a Gestão Democrática Sob Ameaça.	Marco regulatório que sustenta a implantação de um projeto piloto de militarização de escola pública do Sistema de Ensino do Distrito Federal.	DOI:10.21573/vol35n32019.96052
5	2019	Disciplinando a Vida, a Começar Pela Escola': a Militarização Das Escolas Públicas Do Estado Da Bahia	Crescimento dos processos de militarização das escolas públicas no estado da Bahia	DOI:10.21573/vol35n32019.95216
6	2019	Militarização Das Escolas e a Narrativa Da Qualidade Da Educação	Concepções e condições para a qualidade manifesta na defesa dos colégios militares e escolas cívico-militares	DOI:10.21573/vol35n32019.95957
7	2019	A Posição De Docentes Da Educação Básica Acerca Da Militarização De Escolas Públicas Em Goiás	Posição de docentes acerca do modelo de gestão escolar militarizada	DOI:10.21573/vol35n32019.96115
8	2019	Militarização Das Escolas Públicas No Brasil: Um Debate Necessário	Processo histórico de militarização das escolas públicas no Brasil	DOI:10.21573/vol35n32019.99295
9	2019	Escola Militar Para Quem? O Processo De Militarização Das Escolas Na Rede Estadual De Ensino Do Piauí	Processo de militarização das escolas da Educação Básica da Rede Estadual Pública do Piauí e o caráter antidemocrático dessa escola	DOI:10.21573/vol35n32019.96132
10	2019	Pedagogia Militar	Conceito de pedagogia militar e sua aplicação no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	DOI:10.20396/rho.v19i0.8654942
11	2019	A Militarização Das Escolas Públicas Sob Os Enfoques De Três Direitos: Constitucional, Educacional e Administrativo	Ensaio analítico sobre o processo de militarização das escolas públicas brasileiras, sob o enfoque dos direitos constitucional, administrativo e educacional	DOI:10.21573/vol35n32019.96483
12	2020	O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás	Implicações da expansão do modelo militar no sistema público de ensino goiano	DOI: 10.1590/es.0224778

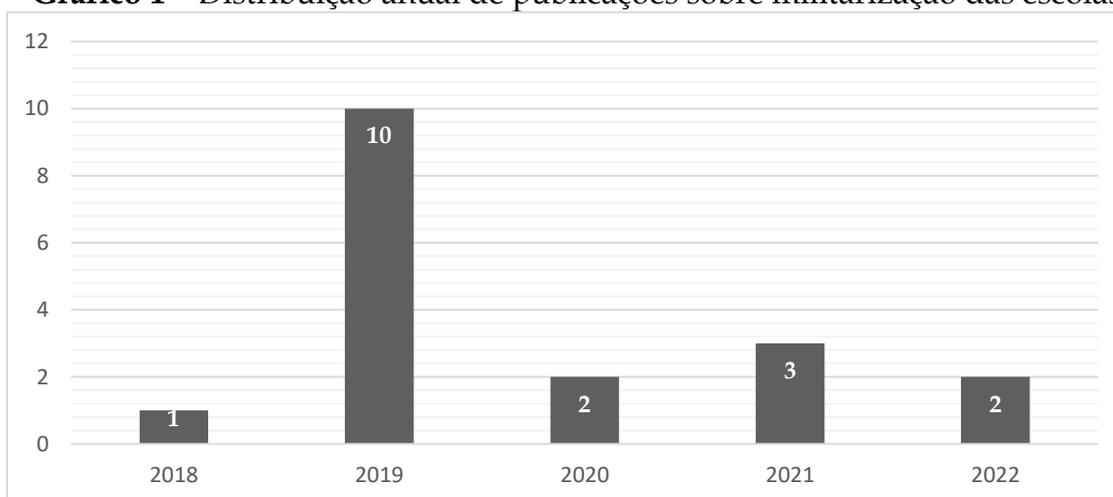
13	2020	Militarizar para educar? Educar para a cidadania?	Propagação de Colégios Militares na sociedade goiana e a influência desses na formação cidadã	DOI: 10.1590/es.22 8256
14	2021	Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação.	Reflexões sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação	DOI:10.21573 /vol37n2202 1.113221
15	2021	Militarização da Escola Pública em Goiás: dilemas da Educação Física Escolar em tempos de autoritarismo	Dilemas da Educação Física Escolar a partir da Militarização Da escola pública de Goiás	DOI:10.20396 /co- nex.v19.i1.86 60879
16	2021	Escolas Cívico-militares e o Desenvolvimento da Moralidade	Análise de qual o tipo de moralidade (autonomia ou heteronomia) pode ser promovida pelas Escolas Cívico-Militares, em função dos seus princípios estabelecidos	DOI: 10.36311/198 4- 1655.2021.v1 3n2.p63-92
17	2022	Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro	Análise da estratégia do ex-governo federal em relação as escolas públicas brasileiras para uma conversão ao contexto cívico-militar.	DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2022.1.36739
18	2022	Programa Nacional Das Escolas Cívico-Militares: Projeto De Educação Para O Brasil?	Análise do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e a compreensão de como se configurou a política do ex-governo federal	ISSN: 0104- 3293 / EISSN: 2447- 5246

Fonte: Elaboração Própria.

Como critério de exclusão, os trabalhos duplicados e aqueles que não estavam relacionados à área da educação, foram descartados. Assim, a leitura dos 16 resumos e suas respectivas introduções possibilitou identificar algumas características relacionadas ao processo de militarização das escolas públicas brasileiras.

Observa-se inicialmente que, a partir do recorte temporal aplicado, o ano de 2019 apresenta o maior índice de publicações acerca da militarização das escolas públicas brasileiras. 66,66% dos artigos selecionados foram publicados em periódicos revisados por pares no ano de 2019, o que reafirma e certifica a retomada crescente desse movimento pós-eleição presidencial a partir do decreto nº 9.465, de 02 de janeiro 2019. Vale destacar que a terminologia “Escolas Cívico-Militares” é relativamente nova, o que também limitou os resultados obtidos com esse descritor. Deste modo, “Militarização das Escolas” foi o descritor mais expressivo no encontro de produções científicas e por este fato foi combinado mais vezes com os demais.

Gráfico 1 – Distribuição anual de publicações sobre militarização das escolas

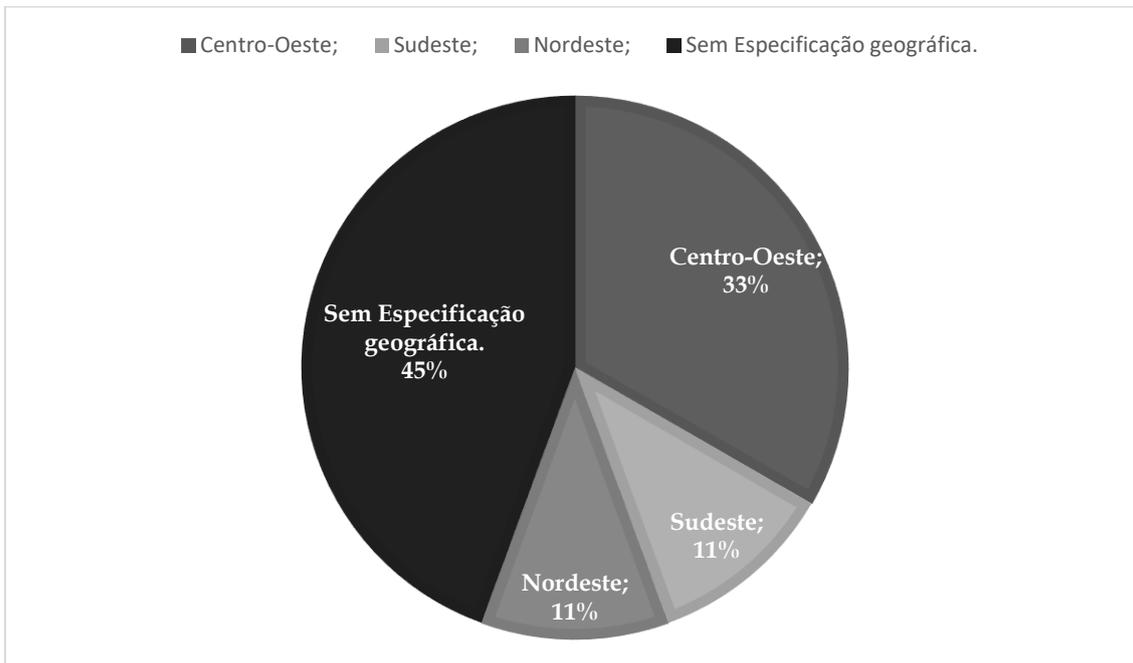


Fonte: Elaboração Própria.

No que tange a distribuição geográfica das produções encontradas, identifica-se uma predominância das pesquisas realizadas na região Centro-Oeste (6 artigos), em especial no estado de Goiás, o que pode estar atrelado à característica político-ideológica que predomina na região, uma vez que na tentativa de “punir” os professores do estado, o então governador Marconi Perillo

anuncia em 2015, uma “expansão dos colégios militares, mas, desta vez, ela acontece em meio a uma reação do governo do estado frente à greve dos profissionais da educação e como reação aos enfrentamentos públicos promovidos por um grupo de professores da rede estadual” (ALVES, TOSCHI e FERREIRA, 2018, p. 276). Seguindo a concentração maior de estudos, apresentam-se o Nordeste (2 artigos) e Sudeste (2 artigos). Ressalta-se que 8 artigos se pautaram em contextos históricos e análises documentais sobre a militarização das escolas públicas, enfatizando de maneira mais ampla esse movimento no Brasil como um todo. O gráfico a seguir revela a distribuição das produções.

Gráfico 2 – Distribuição geográfica de publicações sobre militarização das escolas



Fonte: Elaboração Própria.

Destaca-se algo comum na maior parte dos trabalhos encontrados: a relação da militarização das escolas com os períodos pré e pós-eleitoral brasileiro sejam eles municipais, estaduais ou federais. Nota-se também que por trás do discurso da formação cívica e disciplinadora, da redução de violências e desigualdades sociais, bem como o alto índice de desempenho em exames nacionais, esse movimento tem relação direta com interesses políticos/ideológicos neoliberais, vide a publicação do decreto nº 9.465/2019 apenas dois dias após a posse presidencial.

Alves, Toschi e Ferreira (2018) afirmam que esse crescimento justamente nos anos que antecederam o pleito eleitoral, leva-nos a refletir sobre a real intenção eleitoral do governo em transferir um elevado número de escolas para a PM, principalmente no que tange sua expansão para o interior dos estados. Além de revelar uma grande aceitação deste modelo de escola por parte da sociedade, as últimas narrativas acerca dos colégios militares no Brasil, nos últimos

20 anos por diferentes interlocutores sociais, enfatizam o sucesso dessas escolas com base em dois quesitos centrais: imposição de disciplina e bom rendimento acadêmico em exames e provas nacionais. Assim, tornaram-se objeto de grande desejo por parte das famílias que buscam uma educação de qualidade e segura para seus filhos.

Pela mesma razão, no que tange ao movimento de militarização das escolas no estado da Bahia, Brito e Rezende (2019) asseguram que a declaração a favor da efetivação de convênio entre Diretoria de Ensino da Polícia Militar da Bahia (PM-BA) e a União dos Municípios da Bahia (UPB), dada pelo então governador do estado em 2018, Rui Costa, foi o estopim para que as prefeituras do estado, por meio das secretarias de educação, iniciassem à construção de projetos voltados à “transferência da tecnologia educacional” dos Colégios da Polícia Militar (CPM) para as escolas do interior do estado.

Por fim, considerando que “Gestão Democrática” e “Formação Integral” foram os descritores combinados com a temática de militarização das escolas e são determinantes na composição de um clima escolar positivo, vale ressaltar que em nenhuma das obras selecionadas foram encontradas relações entre o tema da militarização das escolas e o clima escolar. Quanto à busca pelo enfoque da Epistemologia Genética que sustenta as reflexões aqui propostas e que alicerça estudos acerca da redução de violência e conflitos interpessoais, gestão democrática e formação integral a partir do respeito mútuo, cooperação, sentimento de pertença e gestão democrática no contexto escolar, encontrou-se uma única obra publicada no final de 2021, tendo como base a Literatura da Psicologia Moral, a qual propunha, a partir de análise documental e de um estudo descritivo, analisar qual o tipo de moralidade – autonomia ou heteronomia – poderia ser promovida pelas Escolas Cívico-Militares, a partir dos seus princípios estabelecidos (LA

TAILLE, 2009; MENIN *et al.*, 2017; VINHA, 1999, 2003; VINHA *et al.*, 2016; VINHA e NUNES, 2010; WREGGE *et al.*, 2014).

Compreendendo a relevância deste estudo e sua relação direta com a base teórica aqui referenciada, optou-se pela leitura completa do artigo, pois, dentre todas as obras, foi a que mais se aproximou do que inicialmente se objetivou com este balanço de dados. Assim, Grizotes e Frick (2021) traçam todo um percurso a fim de analisar diferentes documentos relacionados à composição e organização das ECIMs. Destaca-se aqui a reflexão acerca das sanções, denominadas como “medidas educativas” em um dos documentos analisados que vão de advertências verbais – para faltas leves – à transferência compulsória no caso de faltas gravíssimas. O que se encontrou no material das ECIMs foi um sistema rígido e pré estabelecido sobre as sanções, incluindo aquelas que deveriam ser aplicadas de acordo com o nível de gravidade da regra quebrada ou falta cometida, sendo prioritariamente sanções expiatórias por não apresentar relação direta com a regra quebrada.

A literatura da psicologia moral ancorada no referencial piagetiano defende o pressuposto de que um clima escolar positivo “promove o bem-estar, diminui a violência e aumenta o sentimento de pertencimento dos alunos [...]” (VINHA *et al.*, 2017, p. 773). Faz-se importante reafirmar que não necessariamente um ambiente cercado de “boa convivência” favorece o desenvolvimento da autonomia moral, haja vista que esse desenvolvimento pode ser decorrente de uma perspectiva sociocêntrica, onde as pessoas seguem acriticamente as autoridades, regras ou regimentos já elaborados. Vale ressaltar que essa defesa seria empirista, princípio que não coaduna com a perspectiva interacionista de desenvolvimento humano de Piaget. Inclusive é marcada uma crítica a esse modelo que defende a organização do ambiente e das experiências como condição de mudança do comportamento moral.

Muitos autores desenvolvem seus estudos no aporte teórico da Epistemologia Genética de Jean Piaget, têm a construção de valores sociomoraes pautados no respeito mútuo, solidariedade, reciprocidade, cooperação e busca constante por autonomia. Suas pesquisas revelam que a escola é um dos principais espaços sociais para a construção desses valores, pois ali as experiências entre pares acontecem a todo momento. Deste modo, repensar as condutas e relações interpessoais construídas no cotidiano escolar, à luz desta teoria pode, entre outros fatores, contribuir para a construção de valores e para uma sociedade mais respeitosa, igualitária e cooperativa (MENIN *et al.*, 2017; VINHA, 1999, 2003; VINHA *et al.*, 2016; VINHA e NUNES, 2010).

A fim de sintetizar e reafirmar a importância de uma educação em valores dentro do contexto escolar – algo pouco identificado nos princípios das escolas cívico-militares, Grizotes e Frick (2021, p. 85) sistematizaram um quadro comparativo entre os princípios das escolas cívico-militares e os pressupostos da educação em valores:

Quadro 4 – Comparativo entre os princípios das escolas cívico-militares e os pressupostos da educação em valores

Conteúdo	Proposta Escolas Cívico-Militares	Proposta da Educação em Valores
Relações de respeito	Autoritárias/unilaterais. As atitudes respeitadas são impostas, não gerando espaço para o desenvolvimento consciente do respeito.	Mútuas/recíprocas. Deve-se promover oportunidades para o desenvolvimento do respeito mútuo.
Construção de regras	São pré-estabelecidas, ou seja, não há participação dos estudantes. Há um excesso de regras.	Devem ser construídas em conjunto, para que tenham sentido e significado e a partir de problemas do cotidiano. Movimento de reflexão sobre a regra.

Trabalho com valores	Prevê um momento semanal para desenvolvimento de um projeto sobre valores, organizado por militares. Defende valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito.	A finalidade é contribuir com o desenvolvimento da autonomia moral. Considera valores como empatia, justiça, igualdade, solidariedade e responsabilidade social como importantes. Prioriza a vivência de valores morais nas relações.
Sanções	São previamente estabelecidas e expiatórias (não tem relação com a quebra da regra ou dano causado).	Devem ser por reciprocidade, ou seja, ter relação com o dano ou a quebra da regra em questão, proporcionando reflexão acerca do erro.
Gestão democrática	Prevê a criação de conselho de classe, associação de responsáveis e mestres e conselho de classe, mas devido à quantidade de regras existentes podemos questionar sua efetividade.	Valorizam espaços de discussão, apresentação de ideias, reflexão acerca das ideias dos outros e cooperação; fatores estes que colaboram com o desenvolvimento moral.

Fonte: Adaptado de Grizotes e Frick (2020).

Relações puramente hierárquicas e coercitivas podem afetar negativamente o desenvolvimento integral dos estudantes, comprometendo o diálogo, favorecendo reações agressivas e, podendo, sobretudo, invisibilizar os sujeitos de modo que a obediência às regras, leis e autoridades seja ressaltada, promovendo uma formação fadada ao conformismo e submissão. Assim, para os que apoiam esse modelo educacional militarizado, o controle das emoções e ações dos sujeitos não precisa ser aprendido desde que os comandos sejam obedecidos.

A suposta qualidade das instituições de ensino geridas por militares tem sido objeto da propaganda e motivo de sedução da opinião pública a fim de que se satisfaça o desejo do ingresso dos estudantes para cursar a educação básica em tais espaços. A publicidade em torno das boas notas nas avaliações censitárias de larga escala, especialmente o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), principal porta de acesso aos cursos universitários do país, costuma ser o maior motivo que desperta a atenção popular. A este aspecto se soma a projeção idealista de que tais entidades formam individualidades disciplinadas e ordeiras e, deste modo, os problemas de violência e segurança pública vivenciados na

sociedade serão equacionados, reforçando a representação de que cabe à escola e à sua militarização a possibilidade de resolver questões estruturais da sociedade de maneira autônoma e imediata (CARVALHO; ZIENTARSKI; RECH, 2022, p2).

Outro aspecto considerado comprometedor nesse modelo é o fato de que são retirados da escola profissionais cuja formação é específica para a gestão e vivência escolar e essas funções passam a ser exercidas por profissionais que não tiveram em sua base formativa as discussões específicas do campo educacional. Seria ingênuo afirmar que tudo vai bem na escola brasileira quando os cargos e funções são ocupados por pedagogos. Do mesmo modo seria ingênuo não considerar que tais ações e políticas públicas estruturantes, justificam a ausência do investimento governamental na escola brasileira, na formação de professores com qualidade, e o respeito às especificidades da formação pedagógica.

Considerações Finais

Por meio deste balanço foi possível identificar que o processo de militarização das escolas públicas no Brasil – no período em que o recorte temporal foi aplicado – é temática central de muitos estudos e investigações, tendo em vista o número expressivo revelado nas buscas de produções científicas nos bancos de dados escolhidos. Outro ponto de destaque é que, direta ou indiretamente, em todos os artigos lidos, o processo de militarização das escolas públicas estava relacionado às questões político/ideológicas, tendo com discurso central a ideia de um movimento para a redução de violências em escolas inseridas em contextos de vulnerabilidade social. Contudo, reafirma-se aqui a necessidade de dar sequência a outros estudos sobre a temática, por entender que o conhecimento é inesgotável, que as realidades sociais e educacionais se alteram a todo momento e que há perspectivas teóricas que podem oferecer contribuições para contrapor essa proposta cívico-militar, como é o caso da perspectiva construtivista.

A proposta da educação cívico-militar está na contramão da promoção da autonomia moral. Instiga a obediência à regra sem que se possa pensar a regra, perceber se ela visa ou não o bem comum, questioná-la, propor mudanças que permitam que ela atenda a um maior número de sujeitos. A escola cívico-militar atua na contramão dos princípios que promovem consciência, vontade própria de obedecer sem o emprego de sanção expiatória, intimidação ou medo. Atua na contramão de processos de construção moral que levem às trocas e interações sociais que primam pelo espaço dialógico, democrático e cooperativo em um clima escolar de reciprocidade e desenvolvimento sociomoral construtivo. Promovem, na contramão do processo de consciência de si e do outro, o disciplinamento do corpo, da aparência e do comportamento.

Por fim, salienta-se que a reflexão realizada a partir deste balanço de produção, mostra a urgente necessidade de defender uma educação democrática que está constantemente ameaçada, garantindo aos atores educacionais, em especial, aos estudantes, a oportunidade de tornarem-se sujeitos de direito, com vozes ativas, capazes de argumentar, criticar e posicionar-se em sociedade, expandindo seus conhecimentos e ações para além dos moldes do exército ou de qualquer outra instituição que possa vir a inibir direitos ou induzir padrões de comportamento. Na contramão das escolas militarizadas estão as propostas de educação pautadas no desenvolvimento sociomoral construtivista, que primam pelo diálogo, trocas democráticas, promoção de pertencimento, ampliação da permanência e acesso de todos a uma educação de qualidade, visando uma sociedade mais justa, igualitária e emancipatória.

Referências

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96283>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 01 dez. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Publicação. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>

BRASIL, **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**, Ministério da Educação, Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf> Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL, Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019b

BRITO, E. P. E; REZENDE, M. P. Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **RBPAE** - v. 35, n. 3, p. 844 - 863, set./dez. 2019. Acesso em: 17 nov. 2021

ESCOLAS cívico-militares: seriam uma boa alternativa para a educação em valores sociais e morais? Carta Aberta, 2019. Disponível em <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/noticia/5912/carta-pesquisadores-psicologia-educacional-escolas-militares.pdf>>

CARVALHO, A. A. P de; ZIENTARSKI, C; RECH, H. L. Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro. *Educação*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022 | e-36739

GRIZOTES, B. M. C; FRICK, L. T. ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E O DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE. *Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e*

Epistemologia Genéticas. Marília, SP. v. 13 N2, 2021. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/12836>>.

Acesso em: 10 dez. 2021.

LA TAILLE, Y. de (2006). **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. *et al.*. Projetos bem-sucedidos de educação em valores sociomoraes: contribuições para o cotidiano da escola. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, 22(1):1-17, jan./abr., 2017

MORO, Adriano, **A construção e as evidências de validade de instrumentos de medida para avaliar o clima escolar** / Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: 2018

MORO, A. **A avaliação do clima escolar no Brasil: construção, testagem e validação de questionários avaliativos**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Escolas Cívico-Militares**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2020. Disponível em:

<https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares> Acesso em: 17 nov. 2021

PIAGET, J. O Juízo Moral na Criança. São Paulo; Summus, 1994 (1932)

SANTOS, C. de A. et al. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 580, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/99295>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A.; SILVA, L. M. F.; VIVALDI, F. M. C.; MORO, A. **Da escola para a vida em sociedade: o valor da convivência democrática**. 1. ed. Americana: Adonis, 2017.

VINHA, T. P. et al. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. **Estudos em Avaliação Educacional - EAE**, São Paulo, v.27, n.64, p. 96-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3747> . Acesso em: 05 dez. 2021.

VINHA, T. P., NUNES, C. A. Inclusão de Educação Moral e Cívica nos currículos não vai tornar alunos mais éticos. **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional**. Outubro, 2018.

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A.; MORO, A. CONTEMPORANEIDADE E A CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA NA ESCOLA **Schème**. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, Marília, SP. v 11. 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/8904>> Acessado em 29 de set. 2020.

Recebido 01/06/2023

Aprovado 08/09/2023